

Segurança Jurídica e a competitividade da mineração brasileira



Ameaça além das fronteiras

Especialistas apontam preocupação com o grande número de processos abertos contra mineradoras no exterior

Os problemas relacionados à judicialização na área mineral ultrapassam as fronteiras do Brasil. Especialistas apontam que a prática de entrar com ações judiciais contra mineradoras no exterior coloca em risco a soberania nacional e cria insegurança jurídica para o setor da mineração.

O presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), embaixador Rubens Barbosa, avalia que a ampliação da jurisdição de Cortes estrangeiras para o julgamento de ações que envolvam desastres ambientais no país pode causar insegurança jurídica para as empresas brasileiras, e colocar em jogo a própria soberania nacional.

“A Corte de Justiça britânica se julgou competente para julgar desastres ecológicos em outros países. Os tribunais europeus e dos Estados Unidos estão se julgando competentes para julgar desastres ecológicos que acontecem em terceiros países. O modelo de negócio vai ficar afetado e o investimento internacional, também”, disse Barbosa durante o *CB Debate*.

O embaixador alertou que esse fenômeno começou a ser aproveitado por escritórios jurídicos internacionais e por fundos de investimento para alcançar indenizações e lucros no exterior. “Nos últimos anos apareceu mais um problema do ponto de vista da segurança jurídica. Empresas brasileiras vêm sendo acionadas no exterior. Isso gera uma insegurança jurídica adicional, com efeito sobre as empresas brasileiras. Isso ameaça os interesses e a soberania nacional”, defendeu Barbosa.

Para o diplomata, é necessário que o governo brasileiro busque resolver politicamente esse tipo de litígio internacional — única forma de combater o problema, em sua visão, uma vez que o Brasil não tem competência para questionar decisões de cortes em outros países, como o Reino Unido. Uma ação que está em julgamento na Inglaterra pede indenização de R\$ 230 bilhões para 700 mil vítimas do desastre de Mariana.

“Eu acho que o governo brasileiro deveria alertar o governo britânico sobre os impactos desse tipo de ação. O governo também deve cogitar buscar recursos em cortes arbitrais no exterior. Essa é uma questão de muita gravidade para as empresas brasileiras e para o investimento internacional no Brasil”, defendeu.

Ed Alves/CB/D.A Press



Para Barbosa, o governo brasileiro deve agir junto a outros países

Para o embaixador, o que se verifica, hoje, é que empresas brasileiras que têm subsidiárias no exterior veem suas filiais condenadas em ações que também estão sendo julgadas pela Justiça no Brasil. Ele destacou, porém, que não tem conhecimento de nenhuma ação do governo brasileiro até o momento para tentar resolver os conflitos de competência entre as cortes internacionais e as brasileiras.

Barbosa aponta que a mineração está na história brasileira, e lembra que a Inconfidência Mineira só aconteceu em função da tributação portuguesa sobre a exploração mineral. Aponta ainda que esses novos movimentos judiciais não são apenas uma questão de extraterritorialidade, mas baseadas na força, no poder, como as sanções unilaterais de países contra países, cada vez mais frequentes.

Ele destaca a necessidade do setor mineral brasileiro de construir uma imagem com responsabilidade ambiental, mas explica que a mineração ilegal, em especial em territórios indígenas, cria uma imagem externa muito negativa que impacta politicamente o país no cenário internacional. “Essa questão da imagem do Brasil na política internacional, com a questão da Amazônia,

Ed Alves/CB/D.A Press



Walfrido acredita que a soberania nacional é prioridade

é o problema mais grave que o país tem. Esses ilícitos afetam a imagem do Brasil e não vêm sendo enfrentados com a força necessária. Estamos vendo inclusive o crime organizado tomar conta do controle dessa mineração ilegal na floresta. É um problema muito sério”, apontou o diplomata.

Soberania

O advogado Walfrido Warde, sócio-fundador do Warde Advogados, acrescentou que a

Raio x da mineração

4% do PIB do Brasil

R\$ 248,2 bilhões em 2023 de faturamento anual

210 mil empregos diretos e 2,2 milhões indiretos foram gerados

32% do saldo positivo da balança comercial brasileira

US\$ 43 bilhões em exportações

R\$ 85,6 bilhões em impostos

R\$ 6,86 bilhões em royalties

CONTRIBUIÇÕES

■ **Sustentabilidade** — A mineração é essencial para o crescimento econômico sustentável e para a inovação em outros setores. Ela também é importante na transição para uma economia de baixo carbono e na redução da dependência de fertilizantes externos. A mineração brasileira é vista, ainda, como parte da solução para a descarbonização e mudanças climáticas.

■ **Bens de consumo** — Minérios estão presentes em todos os bens de consumo. Um telefone celular, por exemplo, contém 14 minérios. Eles são fundamentais também para as baterias dos carros elétricos.

■ **Infraestrutura** — Minerais são fundamentais para a geração de transporte, armazenamento e uso de energia limpa.

■ **Arrecadação** — O setor contribui com 32% do saldo positivo da balança comercial, com US\$ 43 bilhões em exportações e arrecadação de R\$ 85,6 bilhões em impostos e R\$ 6,86 bilhões em royalties em 2024.

DESAFIOS

Tributário

■ **Reforma tributária** — A carga tributária da mineração no Brasil é uma das maiores do mundo, tornando o setor menos competitivo. A Reforma Tributária impôs um imposto seletivo para a mineração, o que pode resultar em inflação, aumento da carga tributária, e fuga de investimentos.

■ **Imposto seletivo** — Setor avalia que o Brasil está na contramão da demanda mundial, ao aumentar tributos sobre o segmento estratégico para a transição energética.

Ambiental

■ **Regulamentação** — Mineradoras reclamam de demora na aprovação de processos pelas agências reguladoras que inibem investimentos no país.

Jurídico

■ **Litígios internacionais** — O setor reclama de julgamento em curso no exterior. Tribunais estrangeiros podem punir empresas brasileiras, o que é considerado uma afronta à soberania nacional.

■ **NR 22** — Especialistas apontam barreira com a NR 22, norma reguladora do Ministério do Trabalho destinada ao setor de mineração, que proíbe toda e qualquer atividade no jusante das barragens.



Fonte: Ibram

Um novo olhar para o setor

A imagem da mineração no Brasil ficou manchada nos últimos anos pelo rompimento de barragens, danos ao meio ambiente e violação de normas ambientais. Especialistas e representantes do setor defendem, contudo, que é preciso considerar os ganhos que a atividade traz para a economia e a sustentabilidade. Eles sustentam que a transição para uma economia mais limpa passa necessariamente pela extração de minérios, e que, na prática, o impacto ambiental do setor não é maior do que o de outras atividades, como o agronegócio.

Em sua fala, o diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann, mostrou à plateia um copo d'água. “Isso é um mineral dentro de outro mineral. O mineral está em absolutamente tudo e não é percebido em nada”, afirmou. Segundo ele, a indústria da mineração é B2B, modelo de negócio em que empresas vendem produtos ou serviços para outras empresas, e não para consumidores finais.

“Como ela não tem um consumidor final, ela é invisível. Ela está em tudo e não é percebida em nada. O mineral está nas

suas casas, no transporte, na luz que chega até vocês, ele está no seu teto, no seu solo, nos utensílios cirúrgicos. Inclusive ele está no meu mais íntimo, próximo e contínuo amigo, que é o seu celular”, exemplificou.

Por ser considerada uma indústria “invisível”, Jungmann afirmou que o setor é visto apenas por seus impactos: “Esse é um problema que temos em termos de imagem. Você só percebe o setor a partir dos seus impactos. Mas não existe nenhuma atividade econômica que não tenha impacto”, argumentou.

Paula Azevedo, sócia da área de mineração do Cescon Barriou Advogados, defendeu que a indústria da mineração deve ter sim um olhar para os riscos da atividade, mas não se pode excluir sua importância. Ela também abordou a necessidade de haver uma mudança de percepção acerca da mineração, que “não se reduz a acidentes”, e tem um papel fundamental para a transição energética.

Para desmistificar a percepção negativa da sociedade sobre o setor, a advogada fez um paralelo entre o impacto da mineração

e do agronegócio em áreas protegidas e impactadas. “Enquanto a mineração impacta em 2,9% desses locais, o agronegócio afeta 33,5%. Precisamos olhar para os riscos, mas também para os benefícios”, declarou.

Segundo Azevedo, é necessário rever a regulamentação para garantir um melhor resultado para o setor. Ela criticou as normas vigentes, que seriam muito restritivas. Como exemplo, citou que o imposto seletivo proposto pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, para regulamentar a reforma tributária, aparece como um desestímulo ao consumo de bens da indústria.

Convidado para o encerramento do *CB Debate*, o deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG), presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, defendeu que é possível minerar de forma sustentável usando como base a ciência e a gestão. “Não só a mineração, mas toda atividade humana tem que ter pilares baseado na ciência, para reduzir cada vez mais os impactos do meio ambiente nem trazer risco à vida das pessoas”, comentou o parlamentar.

soberania nacional deve ser prioridade. “O que não podemos é permitir que potências hegemônicas se utilizem dessa alargada para sobrepujar aos interesses brasileiros. Nós não podemos aceitar que esse alargamento de jurisdição instrumentalize uma guerra comercial”, disse Warde.

Em junho, o Ibram, que representa as maiores mineradoras do país, moveu um processo no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir que municípios brasileiros ingressassem com ações em tribunais

estrangeiros. A entidade apontou ser inconstitucional que entes federativos se envolvam em litígios no exterior. O caso poderá influenciar processos bilionários que recaem sobre as mineradoras.

Para Walfrido Warde, é preciso detectar as razões e os impactos de todos os processos. “Estamos diante de um problema nosso. Primeiro, porque não podemos tolerar litígios financiados sabe-se lá por quem. Segundo, não podemos tolerar a jurisdição estrangeira

instrumentalizando interesses sabe-se lá de quem. Terceiro, não podemos aceitar que municípios que estão negociando no Brasil com a Advocacia-Geral da União (AGU), com o Ministério Público, com o apoio do aparato brasileiro, que eles cedam seus interesses, outorguem procuração, contratem no êxito que afronta diretamente a jurisprudência dos nossos tribunais de contas”, ressaltou.

(Victor Correia, Luana Patriolino, Henrique Lessa)

Ed Alves/CB/D.A Press



Zé Silva disse que é possível minerar com sustentabilidade

Em sua visão, é preciso que a atividade garanta não apenas a extração de riqueza, mas também a inclusão das pessoas que vivem no território onde ocorre a extração. Ele citou ainda que, no Brasil, a imagem do setor está diretamente ligada a desastres ambientais, como o rompimento das barragens em Brumadinho e Mariana. Porém, argumentou que esses incidentes impulsionaram o debate sobre como minerar sem grandes danos ao meio ambiente e à população.

Zé Silva também destacou a

criação da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, há um ano e meio, como uma importante ferramenta de discussão sobre o tema. “Nos últimos 18 meses, com a criação da Frente, a mineração passou a ser um dos itens da pauta de prioridade do Congresso Nacional. Até então, o setor era muito retraído. Vieram os desastres de Brumadinho, Mariana, e havia uma certa resistência ou uma retração em debater o tema. Com o que aconteceu, foi necessário o debate. O próprio setor da mineração também viu a



Paula Azevedo defende mudança de visão sobre a mineração

necessidade e foi obrigado também a ser mais transparente e a participar da vida do Congresso”, acrescentou o deputado.

O parlamentar acredita que a visibilidade trará avanços para o setor e debates sobre demandas importantes. “Tenho certeza de que, no ano que vem, na COP 30, serão cobradas a licença social e a adaptação climática”, previu o parlamentar.

(Victor Correia, Camila Curado, Rafaela Gonçalves e Ingrid Soares)